



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM**

**PROVA OBJETIVA 03 DE DEZEMBRO DE 2006.**

**Presidente:**

**Dr. Eládio Augusto Amorim Mesquita (Licenciado)**

**Dr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros (Membro da  
CEEQ no exercício da Presidência)**

**Membros:**

**Dr. Érico Rafael Fleury de Campos Curado**

**Dr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros**

**Dr. Colemar José de Moura Filho**

**Dra. Mônica Flauzino Mendes**

**Banca Examinadora:**

**Dr. Alertte Martins de Jesus**

**Dr. Márcio Alessandro de Santiago Potenciano**

**Dra. Dalvina Alves Cardoso**

**Dra. Melina Lobo Dantas**

**Dr. Rodrigo de Oliveira Caldas**

**Dr. Leandro Zedes Lares Fernandes**



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA PARA REALIZAÇÃO DA PROVA  
OBJETIVA DO EXAME DE ORDEM**

- 1) Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova
- 2) Não é permitido consultar qualquer tipo de obra, apostila ou anotação, nem usar equipamentos eletrônicos, telefone celular e outros
- 3) Anotar no cartão de respostas, no espaço especificamente destinado a isso, o número do candidato constante no verso do cartão de resposta, de modo que o primeiro algarismo do referido número corresponda a um quadrículo da primeira linha, o segundo algarismo a um quadrículo da segunda linha, o terceiro algarismo a um quadrículo da terceira linha e o quarto algarismo a um quadrículo da quarta linha
- 4) Não escrever no cartão de respostas. O candidato deve limitar-se apenas a assinalar a alternativa escolhida
- 5) A existência de qualquer outro sinal que permita identificar o candidato acarretará a anulação da respectiva prova
- 6) Preencher integralmente os espaços dos quadrículos assinalados, com a devida atenção, tendo em vista que a avaliação será feita por processo eletrônico de leitura ótica
- 7) Usar somente caneta esferográfica de tinta azul ou preta
- 8) Não amassar, não sujar e não dobrar o cartão de respostas
- 9) O cartão de respostas é insubstituível
- 10) O caderno de prova deve ser devolvido pelo Examinando, juntamente com cartão resposta. Em nenhuma hipótese poderá o Examinando levar consigo o caderno de respostas antes do horário previsto para o término das provas.
- 11) Qualquer comunicação entre candidatos resultará na desclassificação sumária dos envolvidos
- 12) A prova terá a duração de 05 (cinco) horas.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**PROCESSO CIVIL**

**001) O CPC diz, no seu art. 3º, que para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade. Considerando a jurisprudência e as normas processuais, marque a alternativa correta:**

- a) ( ) É inadmissível ação declaratória visando obter a certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual.
- b) ( ) Falta interesse processual ao autor quando pretende apenas a declaração da existência de relação jurídica.
- c) ( ) Falta interesse processual ao autor quando pretende apenas a declaração da inexistência de relação jurídica.
- d) ( ) É inadmissível ação declaratória para interpretação de direito em tese.

**002) Segundo dispõe o CPC acerca dos atos processuais, marque a alternativa correta:**

- a) ( ) Não é obrigatório o uso do vernáculo em todos os autos do processo.
- b) ( ) Os atos processuais são públicos. mas correm em segredo de justiça quando, dentre outros casos legais, o interesse público o exigir.
- c) ( ) Aos advogados é vedado rubricar as folhas correspondentes aos atos em que intervieram.
- d) ( ) Os atos e termos processuais sempre dependem de forma determinada, reputando-se inválidos os realizados de outro modo, mesmo se atendem à finalidade essencial.

**003) Segundo as regras de competência previstas no CPC, marque a alternativa correta:**

- a) ( ) A ação fundada em direito pessoal será proposta, em regra, no foro do domicílio do autor ou de seu litisconsorte necessário.
- b) ( ) O foro da Capital do Estado é o único competente para as causas em que o Estado for autor, réu ou interveniente.
- c) ( ) Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
- d) ( ) A competência, em razão da matéria e da hierarquia, poderá modificar-se por convenção entre as partes.

**004) Considerando a jurisprudência e as normas relativas ao mandado de segurança, marque a alternativa correta:**

- a) ( ) É inconstitucional a lei que fixa prazo de decadência (120 dias) para a impetração de mandado de segurança.
- b) ( ) A entidade de classe não tem legitimação para o mandado de segurança, se a pretensão veiculada interessar apenas a menos da metade de seus associados ou integrantes.
- c) ( ) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende de expressa autorização destes, em assembléia.
- d) ( ) A extinção, sem julgamento de mérito, da ação de mandado de segurança por falta de provas, não impede a impetração de outro.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**005) A respeito das ações possessórias, segundo a jurisprudência e as normas que as regulam, marque a alternativa correta:**

- a) ( ) A propositura de uma ação possessória em vez de outra obstará a que o juiz conheça do pedido, pois o CPC não adotou o princípio da fungibilidade para as ações possessórias.
- b) ( ) É inadmissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda de compromisso de compra e venda de imóvel, mesmo que registrado.
- c) ( ) É possível ao réu, na contestação, requerer proteção judicial à sua posse, posto que ação possessória tem caráter dúplice.
- d) ( ) Não é possível ao autor cumular o pedido possessório com o de condenação do réu em perdas e danos.

**006) Analise a validade das seguintes afirmações, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil:**

- I) Por não envolver controvérsia constitucional, compete ao Colendo Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, a causa decidida por Tribunal de Justiça estadual, quando a decisão julgar válida lei estadual contestada em face de lei federal.
- II) As competências dos Tribunais de Justiça estaduais serão definidas nas respectivas constituições estaduais.
- III) Todas as decisões do Poder Judiciário serão fundamentadas, sob pena de nulidade.
- IV) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas as férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.

Assinale a alternativa correta:

- a) ( ) somente as alternativas II, III e IV são corretas.
- b) ( ) somente as alternativas I e III são corretas.
- c) ( ) somente as alternativas II e III são corretas.
- d) ( ) todas as alternativa são corretas.

**007) Sobre o Recurso Especial, segundo a jurisprudência e as normas processuais, marque a alternativa correta:**

- a) ( ) Quando o Recurso Especial se fundar em dissídio jurisprudencial, o recorrente não poderá fazer prova da divergência mediante reprodução de julgado disponível na Internet, com indicação da respectiva fonte, por falta de previsão legal dessa modalidade.
- b) ( ) O Recurso Especial será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo.
- c) ( ) A petição do Recurso Especial deve conter a exposição do fato e do direito, a demonstração do cabimento do recurso interposto e as razões do pedido de reforma da decisão recorrida.
- d) ( ) Quando o Recurso Especial se fundar em dissídio jurisprudencial, não é necessário mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, bastando a citação das ementas dos julgados invocados, com indicação das respectivas fontes.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**008) Sobre o Recurso Extraordinário, segundo a jurisprudência e as normas processuais, marque a alternativa correta:**

- a) ( ) No caso de necessidade de interposição simultânea de Recurso Extraordinário e Recurso Especial contra um mesmo Acórdão, os dois recursos podem ser interpostos numa só petição.
- b) ( ) Não admitido o Recurso Extraordinário pelo presidente do Tribunal de Justiça, caberá agravo de instrumento, no prazo de 10 dias, para o Supremo Tribunal Federal.
- c) ( ) O Recurso Extraordinário será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo.
- d) ( ) Os atos do presidente do Tribunal que disponham sobre processamento e pagamento de precatório têm caráter jurisdicional, pelo que estão sujeitos a recurso extraordinário.

**009) Acerca dos recursos, segundo a jurisprudência e as normas processuais, marque a alternativa correta:**

- a) ( ) O recurso pode ser interposto pela parte vencedora, pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público.
- b) ( ) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem anuência do recorrido, desistir do recurso, exceto se houver recurso adesivo.
- c) ( ) O Ministério Público não tem legitimidade para recorrer nos processos em que oficiou como fiscal da lei.
- d) ( ) No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, sob pena de deserção.

**010) Conforme a jurisprudência e as normas processuais, algumas providências no processo podem ser tomadas de ofício pelo Juiz presidente do feito. Marque a alternativa correta:**

- a) ( ) Não se tratando de direitos patrimoniais, o juiz pode pronunciar de ofício a prescrição.
- b) ( ) A nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, não pode ser declarada de ofício pelo juiz, dependendo de requerimento da parte prejudicada.
- c) ( ) O juiz não pode determinar, de ofício, a realização de perícia, se nenhuma das partes a requereu, visto que deve se manter-se inerte e imparcial, sob pena de ser considerado suspeito.
- d) ( ) O juiz pode ordenar, de ofício, a inquirição de testemunhas referidas nas declarações da parte.

**011) Tendo em consideração o recurso apelatório, segundo a jurisprudência e o CPC, marque a alternativa correta:**

- a) ( ) O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
- b) ( ) Se a apelação for recebida somente no efeito suspensivo, o apelado poderá promover, desde logo, a execução provisória da sentença, extraindo a respectiva carta.
- c) ( ) Apresentada a resposta, não é facultado ao juiz o reexame dos pressupostos de admissibilidade da apelação.
- d) ( ) Da decisão do juiz que releva a pena de deserção, no recurso apelatório, cabe agravo de instrumento.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- 012) Considerando a jurisprudência e o disposto no CPC, marque a alternativa correta:**
- a) ( ) É cabível execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública.
  - b) ( ) Não cabe citação por edital em ação monitória.
  - c) ( ) A pessoa jurídica não pode sofrer dano moral.
  - d) ( ) Compete ao autor ou ao réu, segundo determinar o juiz, adiantar as despesas com os atos processuais requeridos pelo Ministério Público.
- 013) Considerando o cumprimento da sentença, segundo as novas disposições do CPC, marque a alternativa correta:**
- a) ( ) Enquanto pendente julgamento de recurso, ao qual não foi atribuído efeito suspensivo, é impossível a execução da sentença.
  - b) ( ) Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento.
  - c) ( ) A sentença penal condenatória transitada em julgado não é título executivo judicial.
  - d) ( ) Não sendo requerida a execução no prazo de seis meses, o juiz mandará arquivar os autos, decaindo a parte de seu crédito.
- 014) A Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, promoveu alteração nas disposições do CPC acerca do recurso de agravo, cabível contra as decisões interlocutórias. Considerando essa e as demais normas do CPC, marque a alternativa correta:**
- a) ( ) O agravante não precisa requerer ao Tribunal que conheça do agravo retido, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação.
  - b) ( ) Para combater as decisões interlocutórias a regra agora é o cabimento de agravo de instrumento, salvo quando se tratar de alguma exceção legal para o cabimento de agravo retido.
  - c) ( ) O agravo retido depende de preparo.
  - d) ( ) A falta de comunicação ao juízo de 1º grau em 1ª Instância, pelo agravante, no prazo de 3 (três) dias, de que o agravo de instrumento foi interposto, importa em inadmissibilidade do agravo, desde que tal omissão seja argüida e provada pelo agravado.
- 015) O "manto" da coisa julgada impede, por regra, a revisão do que foi decidido na sentença. Tendo em conta o fenômeno da coisa julgada e as normas que a regulam, marque a alternativa correta:**
- a) ( ) O ajuizamento de ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou do acórdão rescindendo, ressalvada a concessão de medida de natureza cautelar ou antecipatória de tutela, caso imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei.
  - b) ( ) O fenômeno da coisa julgada representa agressão ao princípio da segurança jurídica, pois impede a revisão de decisão que agride o sistema jurídico.
  - c) ( ) É necessária a propositura de ação rescisória para corrigir mero e simples erro material da sentença, pois ele está coberto pela coisa julgada.
  - d) ( ) Denomina-se coisa julgada material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário, extraordinário, ação rescisória ou anulatória.





Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- 016) O processo cautelar visa assegurar ou proteger um bem da vida em discussão ou a ser discutido, em processo de conhecimento ou de execução. Tendo em conta a doutrina, a jurisprudência e as normas processuais, marque a alternativa correta:**
- a) ( ) O processo cautelar pode ser preparatório mas não incidental ao processo de conhecimento.
  - b) ( ) Interposto o recurso, a medida cautelar será requerida diretamente ao Tribunal.
  - c) ( ) Ao juiz não é dado o poder de conceder medida cautelar díspar daquelas previstas expressamente na lei.
  - d) ( ) Em qualquer caso, mesmo sem expressa autorização legal, pode o juiz determinar medidas cautelares sem a audiência das partes.
- 017) Dos princípios constitucionais do estado democrático de direito e do devido processo legal (CRFB/88, art. 1º e art. 5º, LIV), principalmente, decorre a garantia de que a causa será julgada por juiz imparcial. Considerando o disposto no CPC acerca do impedimento e suspeição, marque a alternativa que descreve quando não é possível ao juiz exercer suas funções no processo contencioso ou voluntário:**
- a) ( ) Quando nele estiver postulando, como advogado de uma das partes, o seu genro.
  - b) ( ) Quando nele prestou depoimento como testemunha uma pessoa conhecida de seu genro.
  - c) ( ) Quando já proferiu, em caso análogo, uma sentença contrária.
  - d) ( ) Quando apenas sugeriu às partes, na audiência de conciliação, a realização de uma transação.
- 018) Acerca do inventário e da partilha, segundo disposto no CPC, marque a alternativa correta:**
- a) ( ) Proceder-se-á ao inventário judicial, ainda que todas as partes sejam capazes.
  - b) ( ) O inventário e a partilha devem ser requeridos dentro de 6 (seis) meses a contar da abertura da sucessão.
  - c) ( ) O Estado, mesmo tendo interesse, não pode requerer o inventário.
  - d) ( ) O credor do herdeiro não tem legitimidade concorrente para requerer o inventário.
- 019) Considere o disposto no CPC e marque a alternativa correta:**
- a) ( ) A morte do procurador de qualquer das partes não acarreta a suspensão do processo.
  - b) ( ) A habilitação tem lugar quando, por falecimento de qualquer das partes, os interessados houverem de suceder-lhe no processo.
  - c) ( ) Verificado o desaparecimento dos autos, apenas o autor pode promover-lhes a restauração.
  - d) ( ) O pedido de interdição pode ser feito pelo pai, mãe, cônjuge, parente próximo, Ministério Público e Fazenda Pública.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**020) Tendo em conta a ação monitória e as normas processuais respectivas, marque a alternativa correta:**

- a) ( ) A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita com eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel.
- b) ( ) Recebido o mandado de pagamento, o réu poderá, no prazo legal, opor embargos, que serão processados nos próprios autos, pelo procedimento ordinário, desde que seguro o juízo.
- c) ( ) Se o réu quiser cumprir o mandado de pagamento, serão incluídos no débito as custas e os honorários advocatícios.
- d) ( ) Rejeitados os embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial.

**DIREITO CIVIL**

**Observação: as questões de Direito Civil devem ser respondidas de acordo com o que consta no Código Civil Brasileiro de 2002.**

**021) Acerca dos direitos da personalidade, tratados nos arts. 11 a 21 do vigente Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta:**

- a) ( ) Pode-se usar livremente o nome alheio em propaganda comercial, mesmo sem autorização.
- b) ( ) O nome da pessoa pode ser livremente empregado por outrem em publicações que a exponham ao desprezo público, desde que não haja intenção difamatória.
- c) ( ) É defeso, em qualquer hipótese, o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- d) ( ) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

**022) Acerca dos temas "personalidade" e "capacidade", é correto dizer que:**

- a) ( ) A existência da pessoa natural não termina com a morte.
- b) ( ) Para que se declare a morte presumida é sempre necessária a decretação de ausência.
- c) ( ) Se dois indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se um dos comorientes precedeu ao outro, presumir-se-á falecido, em primeiro lugar, o de idade mais avançada.
- d) ( ) São absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

**023) Com referência ao contrato de compra e venda, assinale a alternativa correta:**

- a) ( ) Os tutores e curadores podem comprar os bens confiados à sua guarda ou administração, desde que o façam em hasta pública.
- b) ( ) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.
- c) ( ) É lícito aos cônjuges celebrar entre eles a compra e venda de bens excluídos da comunhão.
- d) ( ) É nula a compra e venda de ascendente a descendente, sem a anuência dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.





Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**024) Quanto à disciplina dada ao casamento pelo Código Civil Brasileiro, pode-se afirmar que:**

- a) ( ) O casamento religioso equipara-se ao civil, independentemente de qualquer formalidade ou de registro.
- b) ( ) O casamento é civil e sua celebração dependerá, sempre, do pagamento das taxas previstas nas Leis de Organização Judiciária locais.
- c) ( ) É defeso a qualquer pessoa, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família.
- d) ( ) Será válido o registro civil do casamento religioso, mesmo que, antes dele, um dos con-sorciados tenha contraído com outrem casamento civil.

**025) No que diz respeito aos impedimentos matrimoniais, assinale a alternativa correta:**

- a) ( ) Não podem casar os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil.
- b) ( ) Em virtude da inexistência de consangüinidade, é admitido o casamento do adotado com o filho do adotante.
- c) ( ) Os impedimentos podem ser opostos em até cinco dias, contados da celebração do casamento.
- d) ( ) O oficial de registro civil não está obrigado a declarar a existência de algum impedimento, mesmo que dele tenha prévio conhecimento.

**026) Quanto ao direito das sucessões, assinale a alternativa correta:**

- a) ( ) A herança apenas se transmite aos herdeiros legítimos e testamentários depois de encerrado o processo de inventário e partilha dos bens.
- b) ( ) A sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido.
- c) ( ) Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor da quarta parte da herança.
- d) ( ) A companheira ou o companheiro em hipótese alguma participará da sucessão do outro.

**027) Sobre a responsabilidade civil, aponte a alternativa correta:**

- a) ( ) A responsabilidade, no direito civil brasileiro, é sempre subjetiva e, portanto, depende, em qualquer hipótese, de prova da culpa do agente.
- b) ( ) No caso de homicídio, a indenização não compreende a prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia.
- c) ( ) Tendo em vista o princípio da reparação integral, jamais poderá o juiz reduzir a indenização, mesmo que haja excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
- d) ( ) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**028) Aponte a alternativa correta:**

- a) ( ) Não há diferença conceitual entre posse e detenção.
- b) ( ) A posse direta e a indireta excluem-se, não podendo ser exercidas ao mesmo tempo por pessoas diferentes.
- c) ( ) É de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- d) ( ) A posse do imóvel não faz presumir a das coisas móveis que nele estiverem.

**029) No que tange ao direito real de propriedade e à sua disciplina, dada pelo Código Civil Brasileiro de 2002, é possível afirmar que:**

- a) ( ) O proprietário pode praticar sobre a coisa quaisquer atos, mesmo que não lhe tragam qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
- b) ( ) A propriedade imóvel se transfere, entre vivos, mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis.
- c) ( ) A propriedade imóvel se transfere, entre vivos, mediante a entrega da posse.
- d) ( ) A propriedade imóvel se transfere, entre vivos, mediante a lavratura e assinatura do título translativo.

**030) Ainda quanto aos direitos reais, segundo o Código Civil Brasileiro de 2002, é correto dizer que:**

- a) ( ) Perde-se a propriedade, entre outras causas, pela renúncia.
- b) ( ) O proprietário pode levantar em seu terreno as construções que lhe aprovar, independentemente do direito dos vizinhos e dos regulamentos administrativos, tendo em vista que o direito de propriedade é absoluto.
- c) ( ) No regime do condomínio geral, não poderá exceder de dez anos a indivisão estabelecida pelo doador ou pelo testador.
- d) ( ) No condomínio edilício, não há propriedade exclusiva.

**DIREITO COMERCIAL/ DIREITO EMPRESARIAL**

**031) Antônio, Paulo e Raul decidem constituir uma sociedade empresária do tipo limitada, em que a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social. O capital social ficou assim dividido: Antônio é titular de 60% das quotas da sociedade, Paulo é titular de 26% e Raul é titular de 14%. Nesse contexto societário, na omissão do contrato social,**

- a) ( ) Os sócios Antônio e Raul podem aprovar a operação de fusão da sociedade com outra, ainda que haja oposição do sócio Paulo;
- b) ( ) Os sócios Antônio e Raul podem aprovar a modificação do contrato social, ainda que haja oposição do sócio Paulo;
- c) ( ) O sócio Antônio pode ceder sua participação na sociedade para terceiro, ainda que haja oposição do sócio Paulo;
- d) ( ) O sócio Raul pode ceder sua participação na sociedade para Antônio, ainda que haja oposição do sócio Paulo.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**032) A sociedade entre cônjuges é permitida desde que estejam casados sob o regime de:**

- a) ( ) Separação convencional de bens, comunhão parcial ou de participação final nos aqüestos;
- b) ( ) Separação de bens obrigatória, separação convencional de bens ou comunhão universal de bens;
- c) ( ) Comunhão parcial ou comunhão universal de bens;
- d) ( ) Comunhão universal de bens, participação final nos aqüestos ou separação convencional.

**033) Com relação às operações societárias, segundo a Lei nº 6.404/1976, assinale a opção correta:**

- a) ( ) A fusão de sociedades somente pode ocorrer entre pessoas jurídicas organizadas sob a mesma forma societária.
- b) ( ) A transformação de sociedades somente é possível se for de S.A. para Ltda. e vice-versa.
- c) ( ) A operação em que XYZ Ltda. se une a XYZ S.A. e, ao final do procedimento, subsiste a sociedade XYZ S.A. é uma incorporação.
- d) ( ) Na transformação da sociedade XYZ Ltda. em XYZ S.A., os credores poderão haver desta apenas as obrigações veiculadas no protocolo da operação, desde que contra isso se tenham oposto oportunamente.

**034) Sobre as sociedades empresárias que adotam a forma societária de uma limitada, assinale a assertiva correta:**

- a) ( ) Na omissão do contrato social, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a qualquer pessoa, independentemente de anuência dos outros sócios.
- b) ( ) A aprovação das contas da administração depende da deliberação dos sócios em reunião ou assembléia. As deliberações infringentes do contrato social ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos sócios que expressamente as aprovaram.
- c) ( ) O Código Civil veda a instituição de conselho fiscal nas sociedades limitadas.
- d) ( ) A sociedade pode ser administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social, necessariamente sócios.

**035) Representação comercial é contrato em que:**

- a) ( ) A pessoa adquire ou vende bens, em seu próprio nome e responsabilidade, mas por ordem e por conta de outrem, em troca de certa remuneração, obrigando-se para com terceiro com quem contrata;
- b) ( ) O fabricante, oferecendo vantagem especial, compromete-se a vender, continuamente, seus produtos ao distribuidor, para revenda em zona determinada;
- c) ( ) A pessoa se obriga, mediante retribuição, a realizar certos negócios, em zona determinada, com caráter de habitualidade, em favor e por conta de outrem, sem subordinação hierárquica;
- d) ( ) Se tem uma representação indireta, por haver promessa de venda e revenda.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**036) Em relação aos títulos de crédito, assinale a assertiva correta.**

- a) ( ) No cheque, a interrupção da prescrição da ação cambiária contra o emitente importa igualmente na interrupção da prescrição contra o respectivo avalista.
- b) ( ) O avalista do emitente de uma nota promissória, quando demandado em ação cambiária executiva pelo portador, pode exigir que primeiro sejam executados os bens do avalizado.
- c) ( ) Numa letra de câmbio, o sacado se torna obrigado cambiário desde o momento em que o sacador o designa como sendo a pessoa que deve pagar, independentemente de manifestação de vontade sua, uma vez que o título de crédito tem natureza de ato unilateral.
- d) ( ) O tabelião deve recusar o protesto de uma nota promissória não assinada.

**037) Eduardo andava pelos corredores de um centro comercial quando observou uma grande loja de materiais esportivos, com um letreiro luminoso, acima da porta, no qual se lia X Esportes. Aproximou-se da vitrine e viu uma chuteira dourada com uma etiqueta bordada com o nome X Chute. Ao entrar na loja, reencontrou um antigo companheiro, que se identificou como gerente da X Esportes Ltda. Ele fez uma rápida pesquisa de preços e, ao se retirar, foi informado pelo velho amigo de que, para consultar os preços da loja, ele poderia acessar o sítio www.xesportes.com.br.**

**No texto acima, as expressões sublinhadas referem-se, respectivamente, a:**

- a) ( ) título de estabelecimento, patente, nome empresarial e nome de domínio.
- b) ( ) nome empresarial, marca, título de estabelecimento e nome de domínio.
- c) ( ) título de estabelecimento, marca, denominação social e nome de domínio.
- d) ( ) nome empresarial, marca, denominação social e endereço de e-mail.

**038) A alienação fiduciária em garantia de coisa móvel transfere ao**

- a) ( ) devedor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independentemente da tradição efetiva do bem móvel;
- b) ( ) credor o domínio resolúvel e a posse indireta de coisa móvel alienada, independentemente da tradição efetiva do bem móvel;
- c) ( ) credor o domínio resolúvel e a posse direta da coisa móvel alienada, independentemente da tradição efetiva do bem móvel;
- d) ( ) credor o domínio e a posse plena da coisa móvel alienada com a tradição efetiva do bem móvel.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**TRABALHO E PROCESSO TRABALHO**

**039) Sobre as normas procedimentais aplicáveis ao processo do trabalho em decorrência da ampliação de competência da Justiça do Trabalho (EC 45/04), é correto afirmar que:**

- a) ( ) em ações de acidente de trabalho deverá ser observado o sistema recursal do CPC;
- b) ( ) deve ser observado o sistema recursal da CLT, dispensado sempre o depósito recursal;
- c) ( ) deve ser observado o sistema recursal da CLT, exigido sempre o depósito recursal;
- d) ( ) deve ser observado o sistema recursal da CLT, exigido depósito recursal quando houver condenação em pecúnia.

**040) Ainda sobre a nova competência da Justiça do Trabalho e as normas procedimentais aplicáveis:**

- a) ( ) Em qualquer caso o rito a ser observado é o previsto na CLT (ordinário ou sumaríssimo);
- b) ( ) Em qualquer caso o rito a ser observado é o previsto no CPC;
- c) ( ) O rito a ser observado é o previsto na CLT (ordinário ou sumaríssimo), exceto quando houver rito especial expressamente previsto em lei;
- d) ( ) Não há rito específico.

**041) Sobre os honorários advocatícios na Justiça do Trabalho, é correto afirmar que:**

- a) ( ) O TST consolidou o entendimento de que, nas lides decorrentes da relação de emprego, os honorários advocatícios decorrem pura e simplesmente da sucumbência;
- b) ( ) O TST consolidou o entendimento de que, exceto nas lides decorrentes da relação de emprego, os honorários advocatícios são devidos pela mera sucumbência;
- c) ( ) Presentes os requisitos específicos, os honorários em lide decorrente da relação de emprego podem chegar a 20%;
- d) ( ) É irrelevante, em lide decorrente da relação de emprego, a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional.

**042) Sobre as custas no processo do trabalho:**

- a) ( ) São devidas apenas no processo de conhecimento;
- b) ( ) São devidas apenas no processo de execução;
- c) ( ) Em caso de recurso, devem ser recolhidas no prazo recursal, admitindo-se a comprovação do recolhimento em até 5 dias após a interposição do recurso;
- d) ( ) Em caso de recurso, devem ser recolhidas e comprovadas no prazo recursal.

**043) Sobre o sistema recursal trabalhista, o TST consolidou o entendimento de que:**

- a) ( ) é inadmissível, em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração;
- b) ( ) admite-se a juntada de documentos em fase recursal, de forma ampla;
- c) ( ) não se admite o recurso adesivo no processo do trabalho;
- d) ( ) não se admite o recurso adesivo no processo do trabalho apenas quando interposto pelo empregador.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**044) Ainda sobre o sistema recursal trabalhista, conforme previsto na CLT, é correto afirmar que:**

- a) ( ) Os recursos trabalhistas podem ser interpostos oralmente;
- b) ( ) Os recursos trabalhistas possuem, em regra, o efeito suspensivo;
- c) ( ) A violação a dispositivo legal infraconstitucional, ocorrida em decisão proferida por Tribunal Regional em execução de sentença, enseja interposição de recurso de revista;
- d) ( ) Os embargos de declaração podem ensejar efeito modificativo da decisão em caso de manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

**045) Sobre a ação rescisória, o TST consolidou o entendimento de que:**

- a) ( ) quando fundada em violação de lei, admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda;
- b) ( ) cabe ação rescisória da decisão que homologa adjudicação;
- c) ( ) a revelia não produz confissão na ação rescisória;
- d) ( ) no processo do trabalho, não se admite a rescisória de rescisória.

**046) Fulano de Tal, demitido em abril de 2000, ingressou com reclamatória trabalhista em maio de 2003 cobrando depósitos não realizados de FGTS. Esta pretensão:**

- a) ( ) não está prescrita, já que a prescrição do FGTS obedece sempre a prazo trintenário;
- b) ( ) não está prescrita, já que a prescrição do FGTS obedece sempre a prazo quinquenal;
- c) ( ) está prescrita, pois, embora a prescrição do FGTS seja trintenária, deve ser respeitado o biênio posterior ao término do contrato;
- d) ( ) está prescrita, pois, embora a prescrição do FGTS seja quinquenal, deve ser respeitado o biênio posterior ao término do contrato de trabalho.

**047) De acordo com o entendimento do TST:**

- a) ( ) é inválido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito;
- b) ( ) o processo do trabalho observa o princípio da identidade física do juiz;
- c) ( ) admite-se, na Justiça do Trabalho, compensação de dívida de natureza civil;
- d) ( ) a compensação pode ser argüida até as instâncias recursais ordinárias.

**048) Sobre as particularidades das pessoas jurídicas de direito público, é correto afirmar que:**

- a) ( ) não se sujeitam à revelia prevista no artigo 844 da CLT;
- b) ( ) possuem prazo em dobro para a interposição de embargos declaratórios;
- c) ( ) seus representantes devem apresentar instrumento de mandato para agir em juízo;
- d) ( ) estão sujeitas ao pagamento de custas no processo de execução, desde que o precatório derivado da condenação seja pago em atraso.

**049) Não é característica do contrato de trabalho:**

- a) ( ) ser oneroso;
- b) ( ) ser aleatório;
- c) ( ) ser sinalagmático;
- d) ( ) ter caráter *intuitu personae*.





Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**050) Sobre a irredutibilidade salarial, pode-se afirmar que ela:**

- a)  cede diante de negociação no contrato individual de trabalho;
- b)  constitui direito previsto apenas na CLT;
- c)  constitui direito constitucionalmente previsto, somente podendo ceder mediante convenção ou acordo coletivo;
- d)  não possui previsão no sistema jurídico.

**051) São direitos constitucionalmente previstos dos trabalhadores urbanos:**

- a)  décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- b)  remuneração do trabalho noturno 50% superior à do diurno;
- c)  repouso semanal remunerado aos domingos;
- d)  licença à gestante, com duração de três meses.

**052) Não constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:**

- a)  embriaguez em serviço;
- b)  ato lesivo da honra, praticado no serviço contra qualquer pessoa;
- c)  condenação criminal não transitada em julgado;
- d)  ato de improbidade.

**053) A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:**

- a)  quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a sessenta anos;
- b)  quando dependente do trabalhador for portador do vírus HIV;
- c)  quando o trabalhador permanecer três anos fora do regime do FGTS, podendo o saque ser realizado a partir do mês de abertura da conta;
- d)  apenas quando houver alvará judicial.

**054) Sobre o regulamento de empresa, e de acordo com a jurisprudência sumulada do TST, é correto afirmar que:**

- a)  havendo coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles não implica renúncia aos direitos garantidos por normas mais favoráveis do outro;
- b)  as cláusulas regulamentares que alterem vantagens deferidas anteriormente só obrigarão os trabalhadores que forem admitidos após a alteração do regulamento;
- c)  o regulamento de empresa não pode ser alterado;
- d)  o regulamento de empresa pode ser alterado apenas mediante permissivo legal.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**055) Sobre a extinção do contrato de trabalho, pode-se afirmar que:**

- a) ( ) a mudança de regime jurídico de celetista para estatutário não implica extinção automática do contrato;
- b) ( ) segundo posição consolidada em orientação jurisprudencial do TST, a aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho;
- c) ( ) nos contratos por prazo indeterminado, a parte que, sem motivo justo, quiser rescindi-lo deverá avisar à outra de sua intenção, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis;
- d) ( ) deve, em regra, ser objeto de anotação na CTPS.

**056) Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil vigente:**

- a) ( ) a lei pode exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato;
- b) ( ) pode haver negociação coletiva sem a participação dos sindicatos;
- c) ( ) a lei pode exigir registro do sindicato no órgão competente;
- d) ( ) pode o Estado interferir na organização sindical.

**057) Sobre a legitimidade do Sindicato, pode-se afirmar que, conforme o TST:**

- a) ( ) O Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo descabida a exigência de citação de todos os empregados substituídos, porquanto inexistente litisconsórcio passivo necessário.
- b) ( ) O Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, não possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, cabível a exigência de citação de todos os empregados substituídos.
- c) ( ) O Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, só possuirá legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, caso haja autorização específica de assembléia.
- d) ( ) O Sindicato não possui legitimidade para representar seus filiados, em qualquer hipótese.

**DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**

**058) Com relação ao Tempo do Crime, ou seja, ao momento em que se considera cometido o delito, pode-se afirmar que a teoria adotada pelo Código Penal Brasileiro é a:**

- a) ( ) teoria da atividade;
- b) ( ) teoria do resultado;
- c) ( ) teoria mista;
- d) ( ) teoria da ubiqüidade.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- 059) Um cidadão italiano que comete um homicídio a bordo de um navio de guerra brasileiro, ancorado em porto alemão, está sujeito à lei penal:**
- a) ( ) brasileira;
  - b) ( ) italiana;
  - c) ( ) alemã;
  - d) ( ) inglesa.
- 060) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade, de acordo com o sistema jurídico brasileiro, não pode ser superior a:**
- a) ( ) 30 (trinta) anos;
  - b) ( ) 25 (vinte e cinco) anos;
  - c) ( ) 20 (vinte) anos;
  - d) ( ) 35 (trinta e cinco) anos,
- 061) O cálculo da pena criminal é feito, atendendo-se:**
- a) ( ) em segundo lugar, as circunstâncias judiciais;
  - b) ( ) em primeiro lugar, as causas de aumento e diminuição da pena;
  - c) ( ) as circunstâncias judiciais, em seguida, as atenuantes e as agravantes e as causas de aumento e diminuição;
  - d) ( ) atendendo-se, apenas, as circunstâncias agravantes e as atenuantes.
- 062) No que se refere às medidas de segurança, o Código Penal Brasileiro vigente adotou qual dos sistemas abaixo?**
- a) ( ) vicariante;
  - b) ( ) duplo binário;
  - c) ( ) duplo grau de jurisdição;
  - d) ( ) conglobante.
- 063) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se-lhe cumulativamente as penas de reclusão e de detenção em que haja incorrido. Qual espécie de concurso de crimes configura a hipótese?**
- a) ( ) concurso formal;
  - b) ( ) concurso material;
  - c) ( ) crime continuado;
  - d) ( ) crime permanente.
- 064) O curso da prescrição, no processo penal brasileiro, interrompe-se:**
- a) ( ) pelo recebimento da denúncia ou queixa;
  - b) ( ) pelo oferecimento da denúncia ou queixa;
  - c) ( ) pela instauração do inquérito policial;
  - d) ( ) pela citação válida.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- 065) Roberta é empregada doméstica de Caris, a qual tranca todas as portas dos armários ao sair de casa. Numa dessas ocasiões, Roberta abre os armários e foge com as jóias da patroa. O Ministério Público processa Roberta por furto qualificado pelo abuso de confiança. Como defensor de Roberta, você alegaria que:**
- a)  a qualificadora não se caracterizou, pois a relação empregatícia existente entre ambas exime o aumento de pena;
  - b)  o furto é qualificado independentemente de qualquer circunstância, ante o fato de a empregada residir na casa da patroa;
  - c)  o abuso de confiança não se caracterizou, visto que a patroa não confiava na empregada, por isso trancava todos os armários;
  - d)  não obstante a natureza do trabalho doméstico, que pressupõe a confiança da patroa em relação à empregada, há necessidade da configuração de algum meio enganoso apto a iludir a patroa.
- 066) No crime de estupro, praticado por ascendente contra descendente, a ação penal é de iniciativa:**
- a)  pública incondicionada;
  - b)  pública condicionada à representação da vítima;
  - c)  privada da ofendida;
  - d)  privada subsidiária da pública.
- 067) Kadjia, gerente de uma empresa pública, apropria-se de determinada quantia em dinheiro que lhe havia sido entregue por seu superior para o pagamento dos empregados. Ante tal fato, pode-se afirmar que Kadjia incorreu no tipo penal denominado:**
- a)  prevaricação;
  - b)  peculato;
  - c)  apropriação indébita;
  - d)  concussão.
- 068) Em que condições o juiz determina, no processo penal brasileiro, que o acusado seja citado por hora certa?**
- a)  Quando o acusado se oculta para não ser citado.
  - b)  Não existe citação por hora certa no processo penal brasileiro.
  - c)  Quando o acusado reside em lugar de difícil acesso.
  - d)  Quando o acusado foi requisitado e não foi apresentado em dia e hora designados.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**069) Nos crimes apurados mediante ação penal de iniciativa pública condicionada, a representação é condição de procedibilidade. Mas, se apresentada e retratada antes de oferecida a denúncia:**

- a) ( ) impede o Ministério Público de oferecer a denúncia;
- b) ( ) ocorrerá que o Ministério Público eventualmente oferece a Denúncia, mas o juiz não a poderá receber;
- c) ( ) o Ministério Público a oferece e o juiz a recebe para após declarar extinta a punibilidade por carência;
- d) ( ) o Ministério Público é obrigado a pedir o arquivamento por falta de pressuposto processual.

**070) Nos crimes conexos de competências das justiças comum federal e estadual,**

- a) ( ) haverá separação de processo;
- b) ( ) prevalece a jurisdição comum federal;
- c) ( ) prevalece a jurisdição comum estadual;
- d) ( ) preponderará a jurisdição do lugar da infração, à qual for cominada pena mais grave.

**071) Assinale a alternativa correta. Divergindo dois Promotores de Justiça quanto a quem cabe o oferecimento da denúncia, está-se diante de:**

- a) ( ) Conflito positivo de jurisdição;
- b) ( ) Conflito negativo de jurisdição;
- c) ( ) Conflito de competência;
- d) ( ) Conflito de atribuições.

**072) Assinales a alternativa correta. A sentença penal absolutória imprópria é aquela que:**

- a) ( ) embora absolva o acusado, aplica-lhe medida de segurança;
- b) ( ) absolve o acusado por reconhecer, categoricamente, a inexistência material do fato;
- c) ( ) absolve o acusado por reconhecer ter ele agido acobertado por uma causa excludente de ilicitude;
- d) ( ) impronuncia o acusado.

**073) A transferência de preso recolhido em estabelecimento prisional de regime fechado, para colônia agrícola, constitui:**

- a) ( ) Comutação.;
- b) ( ) Progressão;
- c) ( ) Promoção;
- d) ( ) Regressão.

**074) São requisitos mínimos para a decisão de pronúncia:**

- a) ( ) Certeza da autoria e prova da materialidade;
- b) ( ) Índícios da materialidade e certeza da autoria;
- c) ( ) Índícios de autoria e prova da existência do crime;
- d) ( ) Índícios de autoria e indícios da materialidade.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**075) Assinale a alternativa correta. Após a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 e o novo Estatuto do Advogado (Lei nº 8.906/94), para a impetração de *Habeas Corpus* é necessário que:**

- a)  o paciente esteja preso;
- b)  o impetrante seja advogado;
- c)  o paciente dê procuração ao impetrante;
- d)  o paciente e a autoridade coatora sejam indicados no pedido.

**076) Considera-se ficta a citação feita por:**

- a)  Carta rogatória;
- b)  Carta precatória;
- c)  Mandado judicial;
- d)  Edital.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**077) Nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais, é correto afirmar:**

- a)  A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
- b)  A ascensão é uma das formas de provimento de cargo público.
- c)  A vacância do cargo público decorrerá de transferência.
- d)  A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

**078) Acerca dos Adicionais de Insalubridade, Periculosidade ou Atividades Penosas, previstos na Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, é correto afirmar:**

- a)  O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.
- b)  O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade perdura com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.
- c)  Haverá eventual controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.
- d)  O adicional de atividade penosa não será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira.





Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- 079) Consoante o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, é correto afirmar:**
- a) ( ) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
  - b) ( ) Nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades, é facultativo o instrumento do contrato, cujos preços estejam compreendidos nos limites dessas modalidades de licitação.
  - c) ( ) É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório, e a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, dispensado o pagamento dos emolumentos respectivos.
  - d) ( ) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, vedada a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- 080) A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece que os contratos administrativos por ela tratados regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Nesse sentido, é verdadeiro dizer que:**
- a) ( ) O contratado não é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
  - b) ( ) Em se tratando de comprar ou de locação de equipamentos, executado o contrato, seu objeto será recebido, provisoriamente, para a verificação da qualidade e quantidade do material e sua consequente aceitação.
  - c) ( ) Não poderá ser dispensado o recebimento provisório do objeto do contrato nos casos de serviços profissionais.
  - d) ( ) Salvo disposições em contrário constantes no edital, no convite ou em ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.
- 081) A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece que:**
- a) ( ) É permitida a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, ou o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
  - b) ( ) Na contratação de parceria público-privada serão observadas as diretrizes de sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.
  - c) ( ) A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada não poderá ser feita por cessão de créditos não tributários.
  - d) ( ) A contraprestação da Administração Pública será facultativamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- 082) A respeito da sociedade de propósito específico, nos precisos moldes da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, é verdadeiro afirmar que:**
- a) ( ) A sociedade de propósito específico não poderá assumir a forma de companhia aberta, nem com valores mobiliários admitidos à negociação no mercado.
  - b) ( ) A Administração Pública deve ser titular da maioria do capital votante das sociedades de propósito específico.
  - c) ( ) Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.
  - d) ( ) A sociedade de propósito específico não poderá assumir a forma de companhia aberta.
- 083) Sobre a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme dispõe a Constituição da República, promulgada em 1988, pode ser afirmado que:**
- a) ( ) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser inferiores aos pagos pelo Poder Executivo.
  - b) ( ) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
  - c) ( ) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
  - d) ( ) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, mesmo fora de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- 084) Ao Servidor Público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, conforme prescreve a Constituição Federal de 1988, aplicam-se as seguintes disposições:**
- a) ( ) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, poderá ser afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
  - b) ( ) Investido no mandato de Prefeito, poderá ser afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
  - c) ( ) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
  - d) ( ) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores não serão determinados como se no exercício estivesse.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB, REGULAMENTO GERAL, CÓDIGO DE  
ÉTICA E DISCIPLINA**

- 085) A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas, sendo correto afirmar, conforme seu Estatuto, que:**
- a) ( ) As Caixas de Assistência dos Advogados, dotadas de personalidade jurídica própria, são criadas pelo Conselho Federal.
  - b) ( ) A OAB, por constituir serviço público, goza de imunidade tributária total em relação a seus bens, rendas e serviços.
  - c) ( ) O pagamento da contribuição anual à OAB não isenta os inscritos nos seus quadros do pagamento obrigatório da contribuição sindical.
  - d) ( ) O cargo de conselheiro da OAB é de exercício gratuito e obrigatório, considerado serviço público relevante, salvo para fins de disponibilidade e aposentadoria.
- 086) Nos termos do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, é verdadeiro afirmar que:**
- a) ( ) Os presidentes dos Conselhos Seccionais, nas sessões do Conselho Federal, têm lugar reservado junto à delegação respectiva e direito somente a voz.
  - b) ( ) Na eleição para a escolha da Diretoria do Conselho Federal, cada membro honorário vitalício da delegação terá direito a 1 (um) voto.
  - c) ( ) Compete ao Conselho Federal representar, preferencialmente, os advogados brasileiros nos órgãos e eventos internacionais da advocacia.
  - d) ( ) Compete ao Conselho Seccional eleger as listas, constitucionalmente previstas, para preenchimento dos cargos nos tribunais judiciários, no âmbito de sua competência e na forma do Provimento do Conselho Federal, para inclusão de membros do Conselho e de órgão da OAB.
- 087) A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 2004, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da OAB, prescreve que:**
- a) ( ) A Subseção pode ser criada pelo Conselho Federal, que fixa sua área territorial e seus limites de competência e autonomia.
  - b) ( ) A área territorial da Subseção pode abranger um ou mais municípios, ou parte de município, salvo da capital do Estado, contando com mínimo de quinze advogados.
  - c) ( ) Salvo disposição em contrário, aplicam-se subsidiariamente ao processo disciplinar as regras da legislação processual penal comum, e aos demais processos, as regras gerais do procedimento administrativo comum e da legislação processual civil, nessa ordem.
  - d) ( ) Todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de quinze dias, salvo para interposição de recursos, que são de trinta dias.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- 088) A respeito do processo disciplinar, o Estatuto da Advocacia e da OAB reza que:**
- a) ( ) O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, inclusive se a falta for cometida perante o Conselho Federal.
  - b) ( ) A jurisdição disciplinar exclui a comum, mas, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.
  - c) ( ) O processo disciplinar tramita em sigilo, até o seu término, só tendo acesso às suas informações as partes e seus defensores.
  - d) ( ) O Conselho Seccional pode adotar as medidas administrativas e judiciais pertinentes, a fim de que o profissional suspenso ou excluído devolva os documentos de identificação.
- 089) O Estatuto da Advocacia e da OAB, nas suas Disposições Gerais e Transitórias, prescreve que:**
- a) ( ) Os Conselhos Federal e Seccionais devem promover trienalmente as respectivas Conferências, em data coincidente com o ano eleitoral, e, periodicamente, reunião do colégio de presidentes a eles vinculados, com finalidade consultiva.
  - b) ( ) Aos servidores da OAB aplica-se o regime trabalhista. Os servidores que não optarem pelo regime trabalhista serão posicionados no quadro em extinção, assegurado o direito adquirido ao regime legal anterior.
  - c) ( ) Aos servidores da OAB, sujeitos ao regime da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é concedido o direito de opção pelo regime trabalhista, sendo assegurado aos não optantes o pagamento de indenização.
  - d) ( ) O Instituto dos Advogados Brasileiros e as instituições a ele filiadas não têm qualidade para promover perante a OAB o que julgarem do interesse dos advogados em geral ou de qualquer dos seus membros.
- 090) O Conselho Federal da OAB, ao instituir o Código de Ética e Disciplina, norteou-se por princípios que formam a consciência profissional do advogado e representam imperativos de sua conduta, razão pela qual se pode afirmar que:**
- a) ( ) O exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização.
  - b) ( ) É permitido o oferecimento de serviços profissionais que impliquem apenas inculcação de clientela.
  - c) ( ) A revogação do mandato judicial por vontade do cliente o desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas.
  - d) ( ) O mandato judicial ou extrajudicial se extingue pelo decurso de tempo, inclusive se permanecer a confiança.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

**091) O Conselho Federal da OAB prescreve que:**

- a) ( ) É direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado.
- b) ( ) O advogado pode funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente.
- c) ( ) O substabelecimento do mandato, com reserva de poderes, é ato impessoal do advogado da causa.
- d) ( ) O substabelecimento do mandato sem reservas de poderes dispensa o prévio conhecimento do cliente.

**092) Sobre o sigilo profissional, inerente à profissão, impondo-se o seu respeito, conforme previsto no Código de Ética e Disciplina da OAB, é verdadeiro afirmar que:**

- a) ( ) O advogado deve guardar sigilo, salvo em depoimento judicial, sobre o que saiba em razão de seu ofício.
- b) ( ) O advogado deve guardar sigilo, salvo em depoimento judicial, sobre o que saiba em razão de seu ofício, não lhe cabendo recusar-se a depor como testemunha.
- c) ( ) As confidências feitas ao advogado pelo cliente podem ser utilizadas nos limites da necessidade da defesa, desde que autorizado pelo constituinte.
- d) ( ) Presumem-se confidenciais as comunicações não epistolares entre advogado e cliente, inclusive as que podem ser reveladas a terceiros.

**093) O Código de Ética e Disciplina da OAB prescreve que advogado pode anunciar os seus serviços profissionais, individual ou coletivamente, sendo verdadeiro afirmar que:**

- a) ( ) O anúncio deve mencionar o nome completo do advogado e o número da inscrição na OAB, podendo fazer referência a títulos ou qualificações profissionais e ser veiculado por rádio e televisão.
- b) ( ) O anúncio de advogado não deve mencionar, direta ou indiretamente, qualquer cargo, função pública ou relação de emprego e patrocínio que tenha exercido, passível de captar clientela.
- c) ( ) O uso das expressões “escritório de advocacia” ou “sociedade de advogados” dispensa o acompanhamento da indicação de número de registro na OAB ou do nome e do número de inscrição dos advogados que o integrem.
- d) ( ) O anúncio, no Brasil, não deve adotar o idioma estrangeiro, mesmo que acompanhado da respectiva tradução, devendo ser, por conseguinte, em língua portuguesa.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- 094) A respeito dos honorários advocatícios, o Código de Ética e Disciplina da OAB estabelece que:**
- a) ( ) Os honorários da sucumbência excluem os contratados, porém estes devem ser levados em conta no acerto final com o cliente ou constituinte.
  - b) ( ) Na hipótese da adoção de cláusula *quota litis*, os honorários podem ser facultativamente representados por pecúnia.
  - c) ( ) Os honorários advocatícios devidos ou fixados em tabelas no regime da assistência judiciária podem ser alterados no quantum estabelecido.
  - d) ( ) A participação do advogado em bens particulares de cliente, comprovadamente sem condições pecuniárias, só é tolerada em caráter excepcional, e desde que contratada por escrito.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

- 095) Na hipótese de prestação de serviços subordinada à tributação pelo Governo Municipal, nas atividades constantes na lista fixada na Lei Complementar, terá a incidência:**
- a) ( ) apenas do Imposto sobre Serviços;
  - b) ( ) sempre do Imposto sobre Serviços sobre o valor dos serviços e incidência do ICMS sobre o valor das mercadorias fornecidas na prestação;
  - c) ( ) apenas do Imposto sobre Serviços ainda que envolva fornecimento de mercadorias, ressalvadas as hipóteses em que a Lei Complementar prescrever tributação dos dois impostos;
  - d) ( ) do Imposto sobre Serviço somente quando o serviço não implicar fornecimento de mercadorias na atividade prestacional.
- 096) Foram celebrados três contratos relativamente a um mesmo veículo: o primeiro entre a concessionária e o usuário; o segundo entre o usuário e a financeira (alienação fiduciária); e o terceiro, 12 meses depois, entre a financeira e um novo usuário, considerando que o veículo foi tomado pela financeira em virtude do não pagamento das parcelas do financiamento. Em relação ao último contrato assinale a alternativa correta:**
- a) ( ) Há incidência do ICMS, e a base de cálculo será apurada com as reduções previstas para bens usados, se o veículo tiver mais de um ano de uso.
  - b) ( ) A operação realizada pela financeira, na revenda do bem que lhe foi dado em garantia da dívida, não sofre a incidência do ICMS.
  - c) ( ) A incidência será normal, deduzindo o crédito de imposto relativo à primeira operação realizada com o veículo, considerando-se o princípio da não cumulatividade.
  - d) ( ) A incidência será normal, sem direito à dedução de crédito, considerando-se que não existe repasse de créditos do comerciante ao usuário e posteriormente deste para o comerciante.





Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás  
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- 097) Nos termos do disposto na Emenda Constitucional nº 33/2001, nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá:**
- a) ( ) ao Estado que houver realizado a sua extração ou importação..
  - b) ( ) ao Estado que houver realizado a importação, a industrialização ou a distribuição.
  - c) ( ) ao Estado onde ocorrer o consumo.
  - d) ( ) aos Estados (importadores e distribuidores) entre os quais será dividido proporcionalmente.
- 098) As contribuições compulsórias previstas no art. 240 da Constituição Federal e destinadas às atividades vinculadas ao Sistema Sindical Brasileiro, poderão ser cobradas independentemente das demais contribuições sociais e têm por objetivo atender:**
- a) ( ) os serviços prestados pelas entidades privadas de serviço social e de formação profissional, também chamadas de Entidades Autônomas de Serviços;
  - b) ( ) o trabalhador por meio do Fundo de Desemprego;
  - c) ( ) a bolsa universitária;
  - d) ( ) programas de assistência aos trabalhadores da iniciativa privada, fixados pelo Governo.
- 099) A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, em qualquer tempo, observando-se que:**
- a) ( ) a isenção uma vez concedida é definitiva. Não pode mais ser revogada.
  - b) ( ) sendo ela contratual, a revogação somente se pode se dar se o beneficiário manifestar-se de acordo com o rompimento do contrato;
  - c) ( ) a norma que a extingue poderá entrar em vigor imediatamente, não se aplicando às isenções o princípio da anualidade;
  - d) ( ) a norma que a extingue somente poderá entrar em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua expedição.
- 100) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino. Esta norma tem alcance sobre:**
- a) ( ) a aplicação de alíquotas diferenciadas sobre operações internas e interestaduais;
  - b) ( ) aplicação de benefícios fiscais apenas sobre bens ou serviços produzidos ou prestados no próprio Estado;
  - c) ( ) qualquer forma de tributação diferenciada que agrave mais um bem ou serviço do que outro, com fundamento na sua qualidade ou procedência;
  - d) ( ) tributar de forma mais agravada o bem ou serviço considerando apenas o fato de que o remetente do bem, ou o prestador do serviço, não se situa no Estado tributante.

**BOA PROVA!**